

À equipe de elaboração do PMAMC Salvador e à SECIS,

A Convergência pelo Clima, rede que agrega mais de 50 instituições de diversas áreas de atuação em Salvador e Região Metropolitana, tem feito grande esforço para contribuir com a elaboração do Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas - PMAMC.

Falando sobre o processo como um todo, acreditamos que a participação da sociedade civil deve ser mais valorizada com a cessão do tempo adequado, para que sejam feitas as contribuições e a transparência na divulgação dos produtos.

Reconhecemos a grande capacidade técnica da equipe contratada para a elaboração do plano, mas lembramos que também temos entre nós, na Bahia, grandes quadros técnicos em diferentes áreas do conhecimento, com amplo reconhecimento acadêmico e com grande envolvimento com as comunidades soteropolitanas. Estes profissionais estão há anos, ou até décadas, discutindo o desenvolvimento urbano de Salvador e têm muito a contribuir. Parece-nos desperdício não aproveitar esse grande caldo de conhecimento para construir o melhor plano possível.

No entanto, na prática, isso não vem acontecendo. A devolutiva das análises enviadas à equipe do PMAMC sobre os Índices de Risco Climático, realizada em 28 de julho, veio através de uma apresentação esquemática e breve da estrutura do documento, sem que pudéssemos ter acesso ao documento completo e revisado na íntegra, conforme solicitado por várias pessoas de diferentes maneiras. (reuniões virtuais, formulários, e-mail)

Os prazos dados para novos comentários são irrealistas para que possamos contribuir com qualidade e de forma coletiva. Além disso, houve pouco espaço de troca e efetivo diálogo nos encontros virtuais.

Alguns integrantes da Convergência pelo Clima, incluindo professores e pesquisadores da UFBA, UCSAL, representante de entidades de bairro e organizações socioambientais locais, realizaram encontro para análise das diretrizes preliminares já apresentadas e, além da impossibilidade de atender ao prazo para contribuições, notamos estar havendo uma inversão metodológica. Parece-nos ilógico que o estabelecimento de diretrizes seja realizado antes da finalização e pactuação do diagnóstico do plano. As diretrizes devem responder aos desafios delineados no Inventário de Gases de Efeito Estufa e no documento que compila os Índices de Risco Climático, dos quais somente o inventário nos foi apresentado na íntegra. Sendo assim, o estabelecimento de diretrizes nesse momento torna-se genérico e não conversa adequadamente com a realidade do município.

A partir dos documentos de diagnóstico devidamente consolidados e validados, aguardamos poder pensar juntos as diretrizes e os próximos passos.

No momento, estamos enviando um compilado de sugestões e considerações focando apenas o tema "Parques e Clima de Salvador". O documento, anexo, reúne demandas discutidas desde fevereiro (vide o documento Urgências Identificadas para Salvador e RMS, enviado em Carta Aberta em 16/03/20) por coletivos e pesquisadores que atuam nas seguintes áreas verdes: Abaeté, São Bartolomeu, Lagoa dos Pássaros, Pituaçu, Vale Encantado, Pedra de Xangô e Theodoro Sampaio. Com o devido tempo de maturação necessário à construção coletiva acreditamos que as contribuições serão valiosas para ajudar a orientar os objetivos, diretrizes e ações do PMAMC neste tema.

Contamos com o reconhecimento de que há, de fato, vontade e disposição para colaborar com a elaboração do PMAMC.

Atenciosamente,
Convergência pelo Clima



Parques em Conexão - sugestões ao Plano de Mitigação e Adaptação de Mudanças Climáticas - PMAMC

Áreas Verdes:

Parque e APA do Abaeté
Parque Lagoa dos Pássaros
Parque Metropolitano de Pituaçu
Parque em Rede Pedra de Xangô
Parque São Bartolomeu; Pirajá e Lagoa da Paixão e APA Bacia do Cobre
Parque Theodoro Sampaio
Refúgio da Vida Silvestre Vale Encantado

Elaboração:

Associação de Moradores da Quadra 8 (Stiep)
Coletivo Guardiões APA Bacia do Cobre
Fórum Permanente de Itapuã
Grupo de Implantação Parque em Rede Pedra de Xangô
Instituto Mãos da Terra - Imaterra
LabHabitar - Laboratório de Habitação e Cidade / PPGAU-FAUFBA
LACAM-TEC Laboratório de Conforto Ambiental e Tecnologia Sustentáveis em Arquitetura,
Urbanismo e Paisagismo
Movimento SOS Vale Encantado
Movimento Salve a Lagoa dos Pássaros
Movimento Viva o Parque de Pituaçu
Parques em Conexão

Organização:

Projeto Emergência Climática em Salvador
Rede Convergência pelo Clima

O município de Salvador, com uma área geográfica total de 706.799 km² (incluindo parte marítima) e uma área continental de 324,5 km², já perdeu cerca de 80% da cobertura florestal, perfazendo as áreas verdes do continente e das ilhas (dado do Map Biomas 2018). Considerando-se a importância da cobertura vegetal para a qualidade de vida de uma população de cerca de 2.938.092, habitantes (estimativa IBGE 2016) em uma área de acentuado adensamento urbano, e também a importância de se conservar fragmentos de florestas ainda existentes, estão destacadas neste documento algumas das medidas fundamentais consideradas de extrema importância recomendar à Prefeitura Municipal de Salvador como parte integrante do Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas de Salvador (PMAMC) no que concerne sete grandes parques atualmente monitorados por grupos da sociedade civil da capital baiana: Parque e APA do Abaeté (Itapuã), Parque Lagoa dos Pássaros (Stiep), Parque em Rede Pedra de Xangô (Cajazeiras), Parque São Bartolomeu; Pirajá e Lagoa da Paixão (APA Bacia do Cobre, Subúrbio Ferroviário), Parque Theodoro Sampaio (Mata Escura), Refúgio da Vida Silvestre do Vale Encantado (Patamares) e Parque Metropolitano de Pituaçu (Pituaçu).

Além das áreas acima citadas, destaca-se ainda a importância de se lançar um olhar cuidadoso a outras áreas verdes com impacto climático significativo para a cidade, como o Jardim Botânico, o Parque Zoobotânico, o Parque da Cidade, a APA Joanes Ipitanga (Região Metropolitana), o Parque das Dunas, a APA Baía de Todos os Santos, o Parque dos Ventos e o Parque Marinho da Barra, além das florestas estaduais Ilha de Maré e dos Frades, localizadas nas ilhas que compõem o município. A conservação dessas áreas verdes, de maneira geral, é fundamental para a saúde física e mental da população, mas principalmente para saúde climática do globo (macroclima), regional (mesoclima) e local (microclima). Áreas verdes mais amplas do território municipal, como é o caso dos parques São Bartolomeu e Abaeté, ambos com mais de 1 mil hectares cada, colaboram por exemplo para regular o clima de toda a cidade.

Entre outras questões relacionadas a estes espaços importantes a ser consideradas no PMAMC, está a necessidade de se pensar em uma gestão sólida para cada uma das áreas verdes, como acontece com as áreas protegidas cadastradas no Sistema Nacional das Unidades de Conservação (SNUC). De todas as citadas, apenas a APA do Abaeté e a APA de São Bartolomeu são consideradas Unidades de Conservação oficiais de acordo com esse sistema - e ainda assim, fragilizadas. Ao estar no SNUC, as áreas minimamente passam a contar com a gestão participativa da sociedade civil. Ou seja, coletivos e grupos atuantes nesses espaços e defensores de sua conservação há décadas passam a influenciar diretamente nas diretrizes dos cuidados necessários para cada parque.

Acesse aqui as Rodas de Conversa a partir das quais se produziu o presente documento: <http://bit.ly/parqueseclimasalvador> e <http://bit.ly/liveparquesconexao>



Parque do Abaeté e Área de Proteção Ambiental das Lagoas e Dunas do Abaeté

Atuação:

O Fórum Permanente de Itapuã (FPI) atua pela proteção e conservação do Parque do Abaeté e da APA Lagoas e Dunas do Abaeté junto a outros coletivos locais, como a Câmara Técnica (CT) que assessora o Conselho Gestor da APA Lagoas e Dunas do Abaeté realizando ações como a solicitação de fiscalização de poços artesianos, invasões e ocupações irregulares no território da APA, bem como a atualização do plano do seu plano de manejo. A CT ainda acompanha e transforma em denúncias variadas formas de uso indevido do território como a realização de cavalgadas, corridas de quadriciclo ou corridas de aventura em zonas consideradas de alta prioridade para conservação.

Ela tem também procurado divulgar os atrativos do Abaeté através de trilhas lideradas por técnicos dessa CT, que obedecem sempre a máxima de "não tirar nada, apenas foto. Não

deixar nada além de pegadas", e direcionando os visitantes sempre para a parte das dunas, evitando taxativamente o pisoteio da vegetação nativa e biodiversa que tem função biológica de fixação das dunas. Esse conjunto de orientações passados pelos técnicos voluntários é extremamente relevante, mas só acontece nas atividades promovidas pelos coletivos. Surpreende que não haja sequer uma placa recomendando esses cuidados a todos os visitantes da APA.

Quanto aos poços artesianos, o conjunto de autorizações de outorga de água para hotéis e habitação em geral impacta diretamente na capacidade hídrica do aquífero de manter o potencial das lagoas e de áreas alagáveis.

A APA é demandada para oferecer trilhas ecológicas à sociedade, e para isso faz-se necessário investimento social. As trilhas poderiam ser guiadas por jovens da comunidade, que frequentam a área e ainda não tem a experiência do primeiro emprego. A poligonal da UC requer cercamento, um projeto permanente de educação ambiental e de educomunicação com a comunidade, de modo a criar uma rede local de proteção.

Propostas:

Formação e capacitação em Educação Ambiental para se obter equipes preparadas de guias e monitores em atuação na APA.

Destinar uma área para práticas agroecológicas na revisão de zoneamento da APA.

Fortalecer o bairro de Itapuã como Território do Clima da cidade de Salvador.

Promover a gestão participativa do Plano de Bairro de Itapuã, de modo que projetos e obras sejam frutos da coparticipação social.

Construção participativa do plano de bairro de Itapuã e bairros circunvizinhos.

Criação de modal de ciclovias respeitando conservação do último remanescente de restinga localizado na orla.

Consulta aos coletivos e ao Conselho da APA para compor coletivamente as intervenções na área da APA.

Impedimento da realização de projetos urbanísticos com impacto em áreas naturais de restinga que vão de Itapuã a Stella Mares, como é o caso nas recentes obras de requalificação da orla.

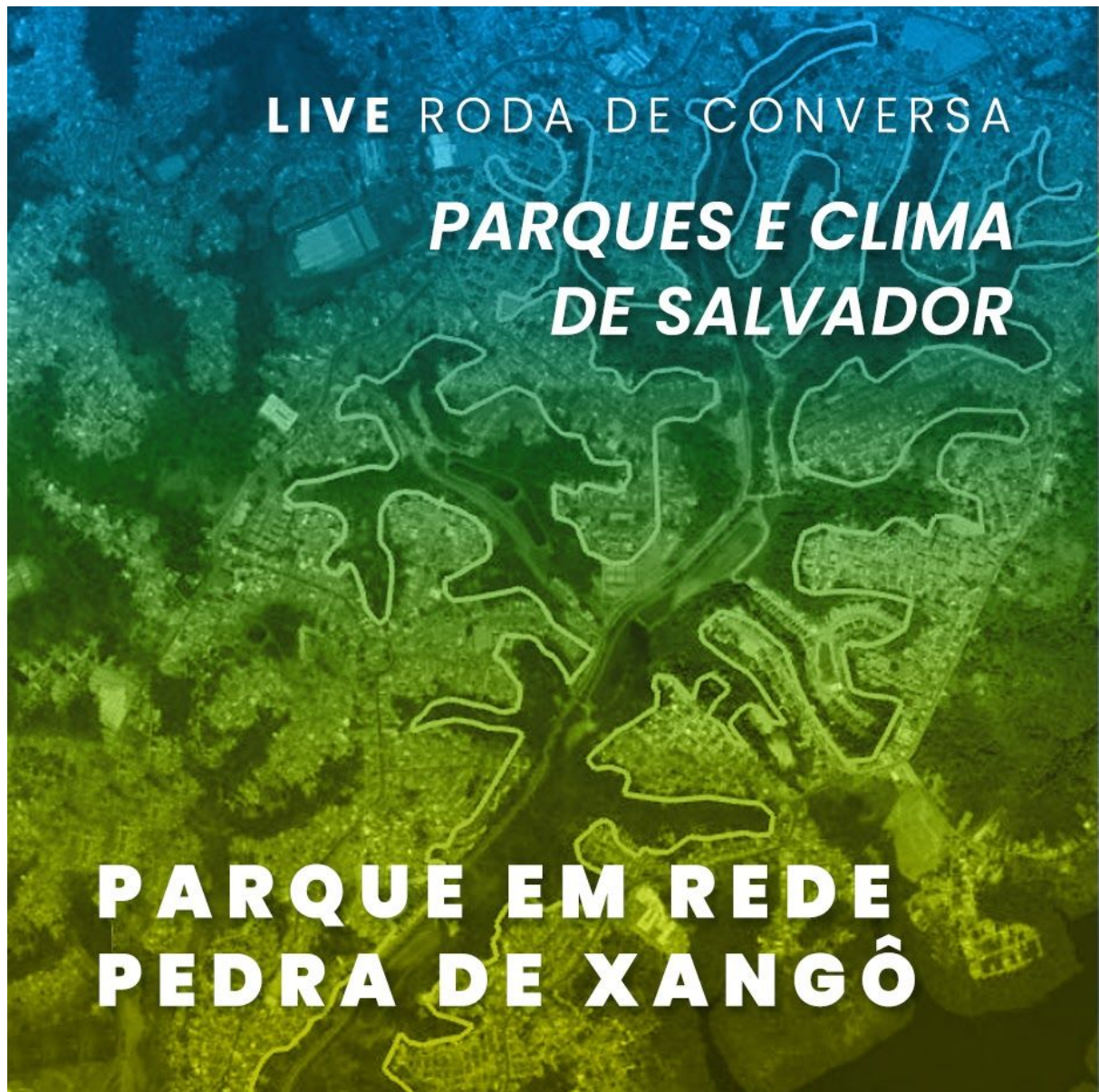
Instalação de coletores de resíduos com separação de plástico, papel, metal e vidro nas praias de Itapuã, evitando assim a poluição de areias e mares.

Criação do Programa de Separação/Coleta Seletiva do bairro de Itapuã envolvendo cooperativas e redes.

Articulação de campanhas permanentes de Educação Ambiental para banhistas e permissionários da orla.

Implementação de ecosaneamento para a APA do Abaeté.

Identificação de pontos de contaminação geradoras de baronesa/eutrofizada na superfície da Lagoa do Abaeté.



Parque em Rede Pedra de Xangô

Atuação:

Considerada área de remanescente do bioma Mata Atlântica e de quilombos, o Parque em Rede Pedra de Xangô está localizado no miolo de Salvador, nos limites sul da APA

Estadual Joanes Ipitanga. Ao identificar que ele não estava inserido na poligonal da APA Joanes Ipitanga, um grupo de pesquisadores propôs, no ano de 2016, quando se discutia o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de Salvador, a criação da APA Municipal Vale do Assis Valente e do Parque em Rede Pedra de Xangô. Entre os objetivos, estavam a necessidade de se garantir a melhoria das condições socioambientais da região de Cajazeiras e adjacências, o desenvolvimento sustentável e participativo da APA Estadual Joanes Ipitanga, a conservação da sub-bacia do Ribeirão Itapuã, a necessidade de se assegurar a continuidade das manifestações culturais, populares, indígenas e afrobrasileiras na localidade e, sobretudo, a salvaguarda, conservação e preservação da Pedra de Xangô e seu entorno. Além de ser um patrimônio ambiental, a Pedra de Xangô, possui mais de 2 bilhões de anos, é considerada patrimônio geológico de relevância nacional pelo Serviço Geológico do Brasil. Até a década de 1970, a Pedra de Xangô se localizava em uma área de mata fechada, e foi completamente desnudada para a abertura da Avenida Assis Valente. Com a parceria de terreiros de candomblé, doze lugares sagrados foram mapeados em seu entorno como forma de garantir que pedras, árvores, riachos, nascentes e matas, todos elementos fundamentais para o exercício da religião do candomblé, fossem preservados. Atualmente, um dos parques da região da Pedra de Xangô está na iminência de ser implantado, na expectativa de que seja inserido como unidade de conservação.

Propostas:

Conservação, preservação e manutenção da poligonal da Pedra de Xangô e de todos os parques da cidade, para que os planos de Mata Atlântica e de Adaptação e Mitigação das Mudanças Climáticas possam ser implementados a partir da poligonal dessas áreas verdes institucionalizadas.

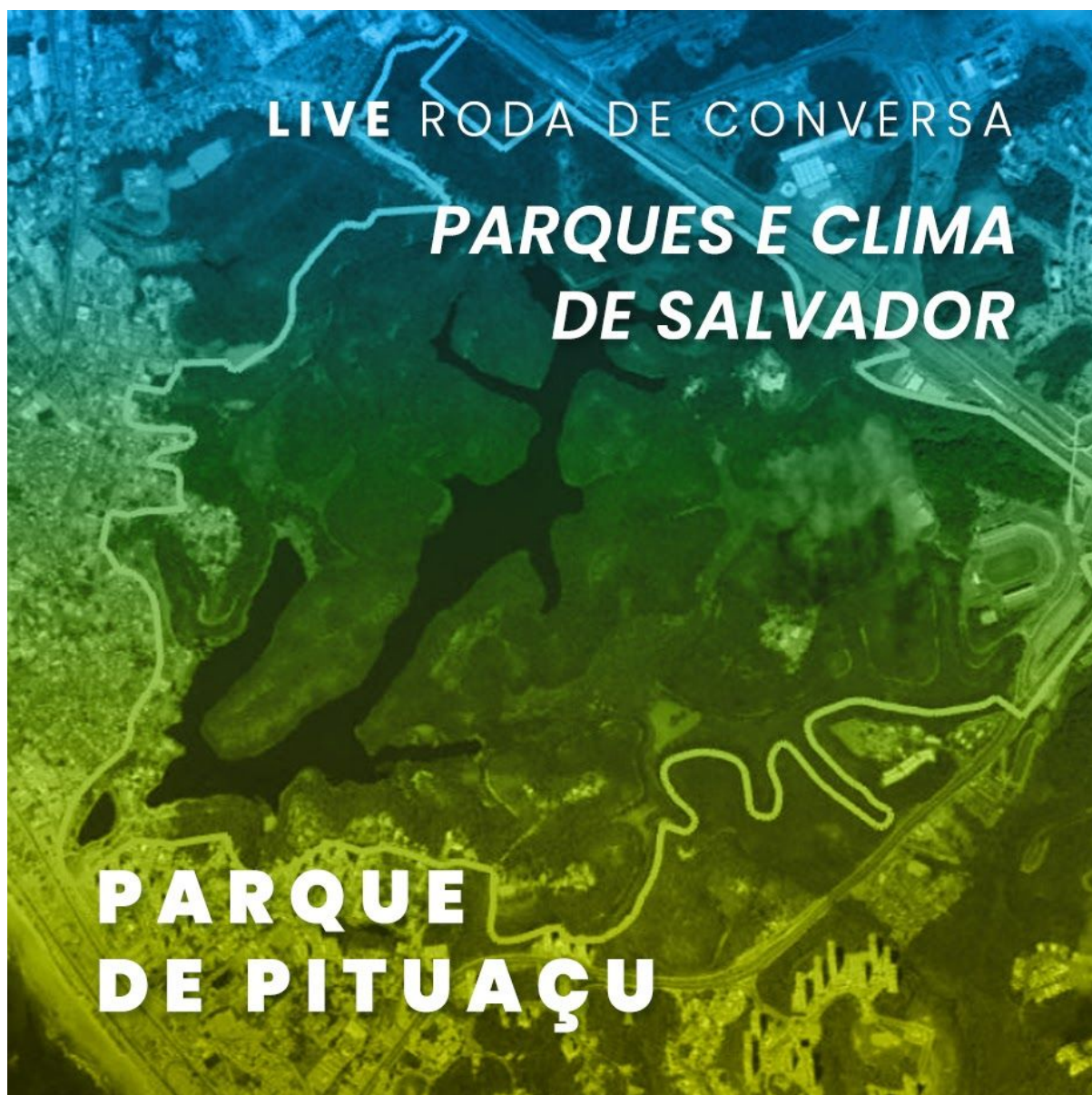
Implementação de soluções inovadoras como infraestrutura verde (de baixo impacto) e infraestrutura cinza para tratamento de esgoto.

Tratamento dos recursos hídricos, retirando todos os lançamentos dos esgotos nos rios, com intervenções no entorno dos doze lugares sagrados do Parque em Rede Pedra de Xangô.

Implantação de um plano de Educação Ambiental, cultural, patrimonial para as crianças da rede pública de ensino, de forma que as novas gerações assegurem a defesa da natureza e suas tradições culturais e históricas.

Criação de um sistema verde, no formato de corredor ecológico, que possibilite o diálogo entre todos os parques e a preservação de toda a área remanescente de Mata Atlântica da cidade de Salvador.

Implementação da Área de Proteção Ambiental (APA) Vale do Assis Valente e do Parque em Rede Pedra de Xangô.



Parque Metropolitano de Pituaçu

Atuação:

Formado por pessoas de diversas estratificações sociais, profissões e visões de mundo, que têm em comum o amor à Mãe Terra, à natureza e ao Parque Metropolitano de Pituaçu como espaço público de lazer e interação social, o Movimento Salve o Parque de Pituaçu defende este importante parque como um pulmão e amenizador das condições climáticas do seu entorno e da cidade de Salvador. Iniciado em meio às discussões do PDDU, em 2016, o movimento atualiza ainda lutas de tempos passados, quando defensores do parque conseguiram alertar a sociedade sobre ameaças como a obra da Avenida Leste-Oeste, atualmente chamada de Via do Atlântico. O Parque Metropolitano de Pituaçu, espaço público com remanescentes de Mata Atlântica criado em 1973 por decreto do Governo do Estado da Bahia, é uma importante reserva ecológica da cidade, com fauna e flora nativas,

e vem sendo violentamente dilapidado ao longo de décadas. São muitas as reivindicações para sua melhoria. No entanto, definiram-se as seguintes pautas prioritárias para potencializar a retomada da conservação desse patrimônio da cidade.

Propostas:

Revisão e Proteção à poligonal do Parque: O Decreto de criação do Parque Metropolitano de Pituvaçu (Decreto 23.666/1973) estabeleceu uma poligonal de aproximadamente 660 hectares. Restam hoje 392 ha (Decreto 14.480/2013). Cerca de 40% da área foi perdida para a implantação de empreendimentos, inclusive por parte do Estado. Para a manutenção das funções sociais e ambientais do parque, é necessário revisar a poligonal de forma a reincorporar ao menos duas áreas: o terreno doado à Universidade Católica de Salvador, e a área doada à Fundação Bahiana de Cardiologia, esta última hoje em mãos da recém criada Bahia Investe (Lei 13.594 de 01 dezembro de 2016). Ambas contam com vegetação íntegra e de importante papel ecológico no território.

Efetiva proteção dos limites de Pituvaçu com cercamento e comunicação visual para que fique claro se tratar de uma área onde não é permitido construir. É necessária também a ação fiscalizadora efetiva da administração, do Inema e da PM/Coppa e a criação, com participação das comunidades e instituições pertinentes, de um protocolo para evitar e lidar com invasões e ocupações.

Interdição de novas construções que vão contra os objetivos originais do parque, inclusive em relação ao Governo do Estado, que prevê a construção de um ginásio poliesportivo ao lado do estádio de Pituvaçu, além da ampliação da estação de condicionamento prévio do emissário submarino. É necessário ainda que a sociedade civil tenha conhecimento dos planos da Secretaria de Administração do Estado da Bahia (SAEB) para o Bahia Café Hall, que, ao estar dentro da poligonal, deve ter uso compatível com os objetivos e a conservação dessa área verde.

Interdição de grandes shows no Alto do Andu, que geram enorme impacto na fauna e flora no entorno, assim como reintegrar a área invadida por empreendimentos privados neste local à Poligonal do Parque.

Indenização dos proprietários para desocupação e restauração florestal do local.

Desapropriação urgente da imensa área da construtora Delta, entre o Alto do São João e o Bate Facho.

Recuperação de trilhas e do mirante para uso de frequentadores do parque, uma solução necessária e hoje utilizada pelo Pangea.

Criação urgente de um grupo de trabalho participativo para estudar e encaminhar conflitos de ocupação e a revisão da poligonal. Hoje, a poligonal de Pituvaçu é ocupada por inúmeros

moradores, de todas as classes sociais, mas a repressão do poder público só recai sobre os pobres. Enquanto isso, a especulação imobiliária e empreendimentos estatais avançam em áreas do parque, impactando no meio ambiente e privatizando o espaço público.

Enquadramento na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC. A Lei Federal no 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, estabelece: *“Art. 3º O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC é constituído pelo conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais, de acordo com o disposto nesta Lei.”* Também estabelece em seu artigo 55: *“As unidades de conservação e áreas protegidas criadas com base nas legislações anteriores e que não pertençam às categorias previstas nesta Lei serão reavaliadas, no todo ou em parte, no prazo de até dois anos, com o objetivo de definir sua destinação com base na categoria e função para as quais foram criadas, conforme o disposto no regulamento desta Lei. (Regulamento)* Dessa forma, urge essa tarefa da reavaliação do Parque de Pituvaçu, que ainda não teve seu enquadramento no SNUC, segundo a Lei Federal.

Regularização fundiária definitiva diante da poligonal levantada, com plano de reassentamento quando for necessário, e elaboração de um Plano de Manejo com seu zoneamento, além de um plano de gestão participativo, segundo critérios legais vigentes.

Fortalecimento do Conselho Gestor de Pituvaçu, de forma a intensificar o controle social da sua gestão.

Incorporar a Câmara Técnica de Consolidação Territorial do Conselho Gestor ao Grupo de Trabalho da Casa Civil do Governo do Estado criado para deliberar sobre a poligonal e outros temas com relação ao Parque de Pituvaçu.

Comprometimento do Governo do Estado com o não licenciamento da obra do Avenida do Atlântico e exclusão definitiva desse projeto do PDDU de Salvador. Proibição do cruzamento ou da ocupação das bordas do parque ou da represa pela Via Expressa da Avenida do Atlântico, que conforme o mapa SAVAM do PDDU 2016, está projetada para atravessar os parques do Pituvaçu e o do Vale Encantado, dividindo e destruindo importantes áreas verdes e eliminando a possibilidade de se estabelecer um corredor ecológico entre ambas. É imperioso que o PMAMC aponte para a definitiva retirada do projeto da Avenida do Atlântico do PDDU e do PLANMOB.

Conservação Ecológica do Parque de Pituvaçu, que é rico em biodiversidade, apresentando riqueza de fauna e flora do bioma Mata Atlântica, incluindo espécies ameaçadas.

Melhoria e manejo florestal contínuo para acelerar o estágio de regeneração do Parque.

Adoção de medidas para efetiva proteção da poligonal e a construção de um plano de manejo com estudos e zoneamento do parque, fundamentais para a preservação e melhoria da biodiversidade de fauna e flora locais, além da promoção de pesquisa científica, educação ambiental, ecoturismo, recreação em contato com a natureza e da integração

econômica e social de comunidades vizinhas.

Participação da sociedade civil e da comunidade científica e técnica na criação do Plano de Manejo, integrando principalmente moradores do entorno e contemplando um plano de educação ambiental para os frequentadores.

Uso do parque para fins sociais: esporte, lazer, educação ambiental, pesquisa, entre outras. Principalmente com atividades gratuitas ou de baixo custo - acessível a todos - com planejamento participativo e democrático, visando pleno envolvimento da sociedade e das comunidades do entorno e a conservação ambiental.

Centralizar o uso do parque nas partes mais antropizadas, a exemplo da área próxima à administração, para favorecer a conservação ecológica, conforme os critérios a ser estabelecidos no Plano de Manejo.

Inserção do Parque Pituacu como um novo 'cartão postal' de Salvador.

Criação de um plano de incentivo à visitação do Parque pelas Secretarias de Turismo do estado e município, desenvolvendo turismo, cultura e capacitando a comunidade do entorno a realizar trabalho de monitoria, valorizando o parque e gerando renda às comunidades.

Segurança e integração social: gestões passadas já tiveram ganhos significativos na segurança do Parque ao apostar na integração social, empregando moradores do entorno em seu efetivo, levantando locais com mais ocorrência de crimes e apostando no diálogo com moradores.

Combate ao racismo institucional e ambiental na segurança do Parque através de diálogo e ferramentas participativas de gestão.



Parque Lagoa dos Pássaros

Atuação:

O Parque Lagoa dos Pássaros possui um significativo remanescente florestal de Mata Atlântica e um cordão de dunas, importantes no equilíbrio ambiental local e no seqüestro de carbono. Localizado nos bairros do Stiep e Costa Azul, essa paisagem abriga nascentes, lagoas e córregos onde uma diversidade de animais saciam a sede. Atualmente, o parque se constitui como ilhas verdes entre prédios de concreto, e os cordões de dunas no entorno da Lagoa dos Pássaros estão parcialmente preservados graças à mobilização de moradores locais. A luta pela preservação das áreas de dunas teve início nas décadas de 1970 e 1980, a partir da conscientização da comunidade local, que deu início a várias ações contra as constantes degradações ambientais no espaço. Especialistas, organizações e universidades realizaram importantes estudos sobre a fauna e flora do território, identificando mais de 120 espécies de animais, entre aves, mamíferos e outros seres.

Há no local cerca de 100 espécies de aves, 14 de répteis e 6 de mamíferos, revelando um potencial Refúgio de Vida Silvestre que dá apoio, por exemplo, a aves migratórias. Entre as aves, estão: falcão quiríquirí (*Falco sparverius*), saíra azul (*Dacnis cayana*), pitiguarí (*Cyclarhis gujanensis*), bico de veludo (*Schistochlamys ruficapillus*), canário da terra (*Sicalis flaveola*), periquito estrela (*Aratinga aurea*), gavião carijó (*Rupornis magnirostris*) e andorinha do campo (*NC Phaeoprogne. Tapera*). Em 1985, foi identificado o falcão peregrino, originário da América do Norte, que tem as dunas como habitat temporário. Da flora, há um levantamento de 106 tipos de plantas e arbustos, entre nativas e introduzidas, dispersas e semeadas através da fauna local. A partir de 1993, o Grupo de Defesa Ambiental (GRUDEAM) e outras entidades ambientalistas (Gérmén e Gambá) encaminharam para a então Secretaria de Meio Ambiente e Defesa Civil da Prefeitura (SEMADE) a proposta de um projeto de lei para demarcar e proteger ecologicamente toda a área das dunas, com aproximadamente 23 hectares. O movimento foi vitorioso e o projeto de lei nº 193/95 tornou o local Área de Proteção dos Recursos Naturais (APRN). Em 2002, um dossiê ambiental sobre as dunas foi encaminhado para o executivo municipal de Salvador, solicitando reconhecimento da área como Refúgio da Vida Silvestre (categoria de Unidade de Conservação - UC).

Em novembro de 2016, a Associação dos Moradores da Quadra 8 (AMOQ8) verifica em um jornal do Sindipetro (6/10/2016) a informação sobre doação de 21.000 m² da APRN para a construção de sede da entidade e de prédios residenciais que seriam revertidos em renda para o sindicato. A AMOQ8, o GAMBÁ, a Associação de Moradores do Jardim Atalaia e o Colégio Carlos Marighella, se reúnem no Movimento Salve a Lagoa dos Pássaros e encaminham uma ação civil pública para impedir as construções. A doação foi revogada e a prefeitura assina, em julho de 2018, a ordem de serviço de R\$ 825 mil para a implantação do projeto de requalificação da Lagoa dos Pássaros, cujo projeto inicial foi elaborado pela Fundação Mário Leal Ferreira, em 2014. As obras ainda não foram concluídas, e parte da área da poligonal próxima às casas da Quadra 8, que passou por um desabamento no passado recente, foi retirada do projeto inicial.

Propostas:

Resgate do projeto original (2014) da Fundação Mário Leal Ferreira e incorporar a poligonal acordada com a comunidade local, incluindo a área da ladeira ao fundo da Fieb.

Recuperação completa da Lagoa dos Pássaros e preservação de nascentes.

Realização do levantamento de águas de poços no entorno da Lagoa para avaliar sua pressão no lençol freático, uma das fontes que alimentam a lagoa.

Realização de plantios na encosta da Lagoa, ao lado do Jardim Atalaia.

Contenção ecológica das encostas tanto na Quadra 8 quanto no Jardim Atalaia, próximo ao Cealp.

Urgente abertura do Parque para a comunidade poder utilizar a pista de caminhada, pier, espaços para piquenique e capoeira, praça de esportes, parque infantil, e aparelhos de ginástica.

Realização de feiras agroecológicas periódicas.

Reativação do Centro de Educação Ambiental da Lagoa dos Pássaros - Cealp, que funcionou até 2004.

Eleição do Conselho Gestor do Parque de forma democrática, participativa e transparente.

Garantia de guarda municipal e de um trabalho mais rigoroso de fiscalização para coibir o depósito lixo nas encostas da área do Parque.

Criação do Observatório de Aves estruturado em três pilares: pesquisa, educação e conservação ambiental.

Buscar interconexão da área do Parque com fragmentos de áreas arborizadas próximas por meio da arborização das vias públicas, objetivando a conectividade das espécies silvestres e o sombreamento das vias para os pedestres e ciclistas a fim de adaptar o ambiente urbano às Mudanças Climáticas.

propostas resultantes de uma roda de conversa preparatória do SOSVE e Imaterra para a reunião com o PMAMC em 1 de junho de 2020. Então, como este Plano pode beneficiar a causa do Vale Encantado e da Mata Atlântica de Salvador de modo que estas áreas preservadas possam ajudar a preparar a cidade para as mudanças climáticas?

Propostas

Recomendação a imediata criação da unidade de conservação do Vale Encantado (com todas as áreas públicas contíguas) e extinguindo o projeto de implantação da Via Atlântica sobre o Vale e o Parque de Pituaçu.

Recomendação de medidas de impacto como a criação imediata de lei que proteja integralmente toda a Mata Atlântica da cidade e indicando outras áreas naturais para restauração (considerando também os ecossistemas dunas, restinga, rios e lagoas, e fontes, além do mar, a exemplo do Parque Marinho da Barra). Esta é uma medida de viabilidade de curto prazo e que sinalizaria concretamente o compromisso do poder público local em preparar a cidade para a mitigação das mudanças climáticas.

Orientação da implantação de corredores ecológicos conectando as áreas verdes da cidade, incluindo a arborização das vias públicas, espaços públicos abertos como praças e largos (onde notadamente existem parques infantis e equipamentos de atividade física), sombreando o mais continuamente possível os recintos abertos, de forma a adaptar a cidade às mudanças climáticas e mitigar o desconforto térmico.

Revisão da abordagem do PMAMC, que destaca somente a espécie humana como relevante, para a relevância da biodiversidade local. Uma prioridade: a preservação das 4 (quatro) espécies ameaçadas de extinção no Vale Encantado (levantar também espécies ameaçadas de outras áreas), que como outros fragmentos deve ser reconhecido como berçário de espécies nativas de fauna e flora.

Recomendação de normas de controle efetivas na Zona de Amortecimento do futuro Refúgio de Vida Silvestre do Vale Encantado (REVIS) e de outras áreas: a proliferação de edifícios nessa zona compromete a própria sobrevivência do Vale Encantado, aumenta alagamentos, agrava o efeito de borda, impacta negativamente no microclima e reduz o fluxo gênico de fauna e flora.

Na hierarquia de planos (em curso), que o Plano da Mata Atlântica esteja acima do Plano de Mobilidade, este último devendo se adaptar às áreas naturais da cidade, e não o contrário.

Criação de passagens aéreas e terrestres de fauna e implantação de arborização viária para reduzir o impacto de avenidas que fragmentaram as áreas verdes e desvio obrigatório de projetos de novas avenidas das áreas naturais.

Sugestão de investimento público na preservação das áreas de Mata Atlântica (MA), assim como estímulos ao ecoturismo.

Por serem altos os investimentos em infraestrutura convencional para adaptar cidades às mudanças do clima, deve-se aproveitar ao máximo a tecnologia da natureza (infraestrutura verde e de baixo impacto) para lidar com os riscos climáticos, de ondas de calor a deslizamentos, especialmente em países pobres e biodiversos.

Investimento com prioridade na arborização de Salvador com metas ambiciosas e métricas objetivas para que a população saiba as espécies que ocorrem na cidade, quantitativo de espécimes suprimidos e replantados, realizando o seu levantamento georreferenciado e avaliando a sua saúde. Adaptar o modelo de Nova Iorque que engajou a população nestas ações.

Recomendação de mecanismos mais objetivos para a gestão municipal apoiar a fiscalização de empreiteiras e das próprias secretarias. Exemplo: o próprio município degradou uma lagoa do Vale mesmo com alerta do impacto e denúncia do coletivo e a tentativa de diálogo com as instâncias municipais, entretanto percebe-se uma falta de consenso dentro da prefeitura sobre o meio ambiente. Este tema precisa ser prioritário, ou o cidadão acaba assumindo o papel fiscalizador de competência de órgãos ambientais. Todos os dias aparecem crises na cidade: Abaeté, árvores da Vitória, BRT, posto de combustível no canteiro central da Avenida Adhemar de Barros, Gamboa, Ladeira da Preguiça, só para citar algumas questões em pauta provocadas, também, pelo Governo do Estado.

Incorporação de metas de curto prazo de zerar essas crises que sequer movimentam a economia, enquanto a economia deve fazer uma transição para um novo paradigma.

Instalação na prefeitura de um departamento anti grilagem independente das secretarias de obras e com poder de intervenção e enfrentamento à empreiteiras que atuam de forma criminosa.

Inclusão de manejo de plantio, replantio, podas e inclusão de mudas no projeto arquitetônico de qualquer obra de “qualificação”. E criar um manual de boas práticas para as secretarias e os prestadores de serviço.

Recomendação à Gestão Pública (municipal e estadual) o abandono de práticas superadas como a canalização dos rios, e defendendo que a melhor prática é a renaturalização dos mesmos, conforme literatura científica e a tendência seguida pelos países mais atentos às questões ambientais.

Criação de maior articulação com os tomadores de decisão a fim de sensibilizá-los sobre a importância do tema ambiental e do aquecimento global. Que mecanismo de busca de compromisso o PMAMC prevê para os candidatos das eleições municipais 2020? Que tipo de compromisso está sendo pactuado com o setor imobiliário, um segmento com forte participação na emissão dos gases do efeito estufa e mudança da paisagem da cidade?

Recomendação de eficiência a órgãos de fiscalização: falta capacitação, pronto atendimento, plantão em feriados, delegacia especializada, penalização para grandes

empresários e órgãos públicos infratores. Observa-se ainda co-dependência burocrática entre órgãos ambientais para tomada de medidas de repressão e penalização.

Recomendação de valorização das ações do SOS Vale Encantado (SOSVE) e outros coletivos que sensibilizam crianças e jovens de escolas públicas e particulares, além de adultos, sobre as mudanças climáticas. O SOSVE tem um programa de educação ambiental com destaque para o Banho de Floresta, Trilha e Observação de Aves que atraem, inclusive, muitos estrangeiros, demonstrando o potencial ecoturístico da Mata Atlântica de Salvador. Birdwatching movimentava só nos EUA entre \$70 e \$100 bilhões/ano. Tirar a Mata Atlântica local da invisibilidade deve ser, também, um papel do poder público.

Reconhecimento, também, destas áreas naturais, a exemplo do Vale Encantado, como laboratórios naturais a céu aberto. Esta área é hoje espaço de muitas pesquisas científicas.

Sensibilização de população e gestores sobre a importância do verde (incentivo à cultura do 'DNA verde'), manutenção de florestas e outros ambientes naturais que, como afirma o cientista Carlos Nobre, permite economizar milhões em recursos públicos com serviços que a natureza oferece de graça: drenagem das chuvas que evitam alagamentos, redução do calor, prevenção a deslizamentos de terra, controle de poluição, melhoria da saúde e da qualidade de vida, controle de zoonoses etc.

Desconstrução do incentivo retrógrado à destruição das áreas florestais em prol da implantação de obra viária e empreendimentos imobiliários para geração de emprego e renda, uma falsa dicotomia. O PMAMC deve avançar para além do lugar confortável de planejar o longo prazo, ainda que este seja um exercício essencial. A visão do Consórcio deve estar à altura da sigla ambiciosa escolhida e isso passa, necessariamente, por dar conta das questões presentes que fervilham nos territórios da cidade. As últimas notícias contidas no Monitoramento da Global Forest Watch mostra avanço da degradação e expansão das fronteiras do desmatamento na Amazônia (BBC News, 2 de junho de 2020). Regionalmente, a Bahia vem competindo há anos 8 com Minas Gerais o posto de liderança do desmatamento da Mata Atlântica e a degradação do Cerrado está em níveis gravíssimos.

Pode nascer das cidades o contraponto. Salvador é um polo regional de tomada de decisão e precisa assumir na prática, com ações, a liderança desta pauta estratégica a fim de influenciar a Bahia para um verdadeiro modelo de desenvolvimento dentro da lógica da transição ecológica.



Parque São Bartolomeu, Pirajá e Lagoa da Paixão e Área de Proteção Ambiental Bacia do Cobre/São Bartolomeu

Atuação:

A Área de Proteção Ambiental – APA da Bacia do Cobre/São Bartolomeu, criada em Salvador pelo Decreto Estadual no 7.970 de 5 de junho de 2001, vivencia na atualidade um quadro de dramático de degradação ambiental resultante de diversas ocupações irregulares (invasões), com supressão de vegetação nativa, queimadas, emissão de efluentes (esgotos) no rio, degradação de nascentes, comprometimento da Área de Preservação Permanente (APP) do lago da represa do Cobre e dos demais afluentes que compõem o seu sistema hidrográfico.

Trata-se de uma APA de importância singular por: conter na atualidade 653 ha de floresta ombrófila densa do Bioma Mata Atlântica, em estágio avançado e secundário de regeneração; abrigar a represa do Cobre, único rio que ainda não se encontra totalmente

poluído no município, construída em 1932, que deve ser recuperada e voltar a fazer parte do sistema de abastecimento da metrópole; abrigar um sistema de cachoeiras com grande importância cultural, histórica e simbólica/religiosa; abrigar um dos maiores fragmentos de Mata Atlântica inserido em espaço urbano no Brasil, com densidade de biodiversidade; guardar um importante valor ecológico, histórico e cultural, reconhecido internacionalmente pela UNESCO, ao ser indicado como área piloto para o projeto Homem da Biosfera – MAB, na década de 1970; prestar importantes serviços ecossistêmicos, refletidos no microclima agradável e ameno, na beleza cênica natural possível de ser percebida na paisagem com vegetação nativa, nos animais silvestres e no conjunto dos fatores naturais que reclamam por uma maior atenção do poder público competente e, por fim; por representar para centenas de pessoas uma fonte de sustento e integração com a natureza.

A convivência com a floresta e as suas águas constituem garantias para o sustento de centenas de famílias que sobrevivem da pesca, do extrativismo vegetal, da retirada de água para consumo, do plantio de pequenas hortas e criação de animais. Destacam-se também os usos para lazer, explicitado nos banhos de cachoeiras, lagoas, lago da barragem e rios, práticas religiosas; atividades de pesquisa/extensão e atividades socioambientais, como a Trilha Ecológica APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu.

Propostas:

O Plano de Manejo é uma demanda amplamente pautada pela sociedade civil organizada e Conselho Gestor da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu, que ganhou destaque dentro do atual governo, de forma que aparece como um compromisso do governador do Estado da Bahia, Rui Costa, no Programa de Governo (PGP/2018, p.52) que prevê “...elaboração do plano de manejo da Bacia do Cobre”. É um compromisso que precisa ser cumprido, pois foi acolhido em respostas das constantes reivindicações feitas pela sociedade civil e membros do conselho gestor e referendada por Organizações Não Governamentais (ONG), Universidades e Pesquisadores. Vindo a refletir os anseios da sociedade atual no que diz respeito à conservação ambiental e à proteção dos mananciais e fontes, sobretudo quando evidências cuidam de explicitar que as águas da Bacia do Cobre são amplamente utilizadas para pesca, banho, lazer, captação para irrigação de pequenas hortas; dessedentação animal; uso doméstico (diante do quadro de suspensão constante do abastecimento público de água nos bairros inseridos na APA); usos religiosos etc.

De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, o Plano de Manejo é o “documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade” (artigo 2º, inciso XVII - SNUC - LEI 9.985/2000).

Cabe dizer que o Plano de Manejo é o documento fundamental para que consigamos garantir o que está previsto no Artigo 1o, do Decreto no 7.970 de criação da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu:

Fica criada a Área de Proteção Ambiental - APA Bacia do Cobre / São Bartolomeu nos Municípios de Salvador e Simões Filho, delimitada conforme memorial descritivo, constante do Anexo Único deste Decreto, visando: I - assegurar a qualidade das águas da Represa do Cobre, parte integrante do sistema de abastecimento humano de Salvador,

dentro de limites compatíveis principalmente com o uso doméstico; II - disciplinar o uso e a ocupação do solo na área; III - tornar-se uma zona de proteção da Represa do Cobre; IV - preservar e recuperar os ecossistemas de matas ciliares no entorno do espelho d'água. Adicionalmente ao Plano de Manejo, temos emergencialmente que providenciar:

1 Vide tese de doutorado intitulada "O Fenômeno as águas doces na Região Metropolitana de Salvador, usos, alterações e abandono", de autoria de Débora Carol Luz da Porciuncula, (PPGPTDS/UCSAL).

Instituição do Parque Estadual Lagoa da Paixão, que já aparece como criado em documento público municipal:

http://www.sucom.ba.gov.br/wp-content/uploads/2016/07/PDDU_MAPA_07_SAVAM.pdf

Cercamento e Redefinição da Poligonal do Parque Pirajá (Florestal da Represa do Cobre) e; contenção e remoção de invasões dentro do Parque São Bartolomeu, na borda leste, entre os bairros de Mirantes de Periperi e Rio Sena. É válido salientar que ambos os parques além de toda importância já reconhecida associada ao bioma Mata Atlântica, são áreas de importância cultural e histórica também, constituídos como Área de Proteção Cultural e Paisagística (APCP). As APCP "são áreas destinadas à conservação dos elementos significativos do ponto de vista cultural, associados à memória, à pluralidade e diversidade de manifestações e formas de expressão das identidades da sociedade local e para a paisagem ambiental urbana." (PDDU, 2016).

Observação do processo de ampliação da BA 528, já previsto no PDDU de 2016, bem como a construção da Nova Rodoviária: verificar o processo de invasão do condomínio "Canto do Rio" – KM 9, em Pirajá; de forma preventiva orientar a SEDUR que é responsável pela implantação dos conjuntos Paraguari I e II para construção do muro que separa a reserva florestal da represa do Cobre – Parque Pirajá – dos conjuntos habitacionais; investigar a "grilagem" de terra pública para loteamento na Área de Preservação Permanente – APP – do lago da barragem da represa do Cobre.

Construção de um Termo de Ajuste de Conduta entre EMBASA, INEMA, sociedade civil organizada e o Ministério Público com vistas à contenção da degradação socioambiental da APA: A Embasa "delega" ao INEMA a função de proteger o manancial, segundo representantes da empresa quando questionados sobre a leniência frente aos diversos processos de degradação ambiental que ocorrem em toda a área no entorno da Represa do Rio do Cobre e Parque Pirajá (Reserva Florestal da Represa do Cobre). Destacamos os seguintes impactos: invasões na Área de Preservação Permanente do Lago da Represa do Cobre; deposição de resíduos sólidos removidos da obra estadual no Dique do Cabrito, a montante da barragem; lançamento de efluentes industriais e domésticos que extravasam de caixas de esgoto entupidas; o uso irregular da água do lençol freático, sem outorga, pelas que operam dentro da APA, e no seu entorno, e a ausência de ligação de unidades residenciais à rede de esgotamento sanitário. Diante destes processos a Embasa delega responsabilidade ao INEMA e, neste impasse, ficamos todos assistindo o avanço da degradação socioambiental.

O Termo de Ajuste de Conduta deve ter como princípio as garantias constitucionais que prevêm o meio ambiente ecologicamente equilibrado para todos (CF/1988. Art. 225), bem como o reconhecimento da Água como Direito Humano Fundamental (ONU), além

dos demais dispositivos legais que visam promover a conservação ambiental, conforme previsto no SNUC, na Política Nacional de Meio Ambiente, Política Nacional de Saneamento e na Política Nacional de Resíduos Sólidos.



Parque Theodoro Sampaio

Atuação:

A síntese apresentada a seguir toma como base o trabalho coletivo desenvolvido no âmbito do LabHabitat/PPGAU-FAUFBA, em parceria com a Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Calabetão - ACOPAMEC, desde 2004.

A área verde destinada ao Parque Theodoro Sampaio é localizada no bairro da Mata Escura e circundada pelos bairros do Arraial do Retiro, Barreiras, Jardim Santo Inácio e Calabetão. Tem uma área de aproximadamente 85 ha, sendo 43 ha área remanescente de Mata Atlântica, abrigando as represas do Prata e da Mata Escura. É uma área

classificada como futuro Parque Urbano pelo PDDU de 2016, sendo anteriormente classificada como Área de Proteção de Recursos Naturais - APNR e como Área de Proteção Cultural e Paisagística – APCP pelo PDDU de 2008. No entanto, o parque ainda se encontra sem efetiva implementação. Os 85 ha, em termos de propriedade fundiária, são divididos entre a UNIÃO, o Terreiro Bate Folha e a Prefeitura de Salvador, abrigando galpões do Ministério da Agricultura, um Centro de Triagem de Animais Silvestres do IBAMA, a sede do Terreiro Bate Folha, e também muitas moradias, em situação de vulnerabilidade, com intensa liberação de dejetos e esgotos na área verde, além do abandono do antigo horto pela PMS e dos seus corpos hídricos poluídos, também em situação de abandono.

Diante do acúmulo de pesquisas para esta área, e na perspectiva da construção de um Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas para Salvador, ora em elaboração, algumas problemáticas específicas se destacam em referência ao Parque Theodoro Sampaio, elencadas a seguir:

1. A atual situação de esgotos à céu aberto e mal conduzidos, têm sido direcionados às duas represas desde os anos 2000, quando foram desativadas por motivos ligados à poluição e, conseqüentemente, baixa vazão. Os efluentes contaminados são destinados às represas, dentre eles, pontos de tubulações de esgotamento sanitário não tratados de casas e condomínios dos bairros vizinhos.
2. Pela mesma razão, em períodos chuvosos, os corpos hídricos existentes se tornam mais poluídos e contaminados, já que as águas represadas se misturam com resíduos de esgotos, agravando os problemas de saúde coletiva (morbidade e mortalidade), relacionados a doenças propagadas pela água e vetores, como insetos e roedores.
3. A demanda para despoluição e disponibilidade de água doce geram efeitos positivos na saúde, recreação, biodiversidade e potencializa seu uso diante das previsões de secas por conta da crise climática. Assim como, geram impactos regenerativos sobre os ecossistemas e biodiversidade urbanos, afetando os serviços que estes poderiam oferecer como oportunidades na implantação do Parque.
4. Existe uma tensão na relação tênue entre a urbanização e preservação. Como preservar uma área verde que progressivamente vai sendo ocupada? Essa lógica aumenta a produção de resíduos que se destinam a área prevista para implantação do Parque e também a seu desmatamento. Nos processos de ocupação e construção aleatórias, são utilizados recursos retirados da mata existente, o que agrava a degradação dessa área verde. Questiona-se, como o PMAMC irá contemplar a participação da comunidade do entorno? Ressalta-se que a capacitação cidadã para viabilizar um plano participativo seja fundamental para garantir a preservação dessa área verde.
5. Foram observadas inconsistências e fragilidades relacionadas à propriedade fundiária, que interferem na definição precisa da poligonal para a área do Parque, demonstrando ambigüidades na distribuição das competências de gestão do poder público, seja ele na esfera municipal, estadual e federal. Como exemplo, trazemos a situação da área onde está localizado o antigo Horto Municipal de Salvador que, desde os anos 2000,

encontra-se frente a um impasse jurídico, com a solicitação da PMS para que a área seja devolvida à União, pela impossibilidade de ativamente e utilização da área.

Propostas:

Soluções ligadas à infraestrutura de saneamento básico do entorno e condução de esgotos, para conseqüente preservação dos corpos hídricos e diminuição da poluição nas represas do Prata e da Mata Escura, ressaltando que secas hídricas estão previstas nos cenários trazidos pelas mudanças climáticas.

Limpeza dos corpos hídricos que se formaram no entorno das represas do Prata e da Mata Escura, diminuindo problemáticas e doenças causadas pelo acúmulo de resíduos sólidos e de água contaminada.

Criação de políticas públicas de incentivo a destinação correta de resíduos, reinserindo-os em cadeias produtivas locais, por meio da economia criativa e reaproveitamento de resíduos.

Cercamento do Parque para permitir melhor definição da sua poligonal de abrangência, como forma de preservar seus limites, diante da construção de uma nova via que ligará a Rua Direta da Mata Escura à BR-342, prevista para ser construída nas bordas do futuro Parque, o que pode estimular novas ocupações nesta região.

Definição dos limites do Parque poderá trazer melhores informações sobre a supressão da área verde, assim como, facilitará na compreensão dos processos de ocupação do solo, entre outros dados que precisam ser mensurados urgentemente.

Estudos e desenvolvimento de um Plano de Manejo para a área do Parque.

Conclusão:

PARQUES EM CONEXÃO: UMA PROPOSTA DE INTEGRAÇÃO DAS ÁREAS VERDES DE SALVADOR

A proposta dos Parques em Conexão é de se criar uma sinergia entre pessoas e coletivos e áreas verdes de fruição e lazer de Salvador, tornando a existência desses espaços definitivamente presentes no imaginário soteropolitano através de uma gestão participativa, permanente e interativa de seus territórios. A ideia surgiu após uma audiência pública realizada no início de 2019 sobre as perdas territoriais do Parque Metropolitano de Pituaçu. Essa proposta, junto de 22 outros projetos ambientais, se tornou possível porque o Ministério Público da Bahia (MP-BA), de forma inédita, lançou um edital de concorrência pública de aplicação dos recursos financeiros oriundos de multas. Criou-se, então, uma campanha de comunicação para dar visibilidade aos grandes parques da cidade, às ameaças ambientais, aos modos de uso, às questões legais, e às formas ideais de ocupação de cada um deles, respeitando suas necessidades e particularidades..

O Parques em Conexão encaminhou então, de junho de 2019 a maio de 2020, uma rede de esforços na direção de informar, educar, promover cultura e dar visibilidade em torno de cinco parques, levando em consideração toda a sua biodiversidade de fauna e flora, que precisa ser considerada e respeitada como essencial para o equilíbrio de Salvador e Região Metropolitana, e também como parte do direito humano de convivência com o planeta Terra. Inicialmente, foi realizada uma aproximação entre coletivos e frequentadores dos parques do Abaeté, de Pituaçu e de São Bartolomeu/Pirajá, e em seguida, dos parques em formação Pedra de Xangô e Theodoro Sampaio ambos previstos em lei, mas ainda não estruturados pelo poder público.

A proposta inclui dois eixos principais: a educomunicação e a mobilização para a ocupação saudável dos territórios, uma conexão planejada entre eles e o fortalecimento da identidade cultural sustentada em cada território. O projeto obteve resultados importantes na direção da promoção de uma cultura de reconhecimento desses espaços como fonte de saber, contato com a natureza, bem estar e luta pelo empoderamento social devido a soma de informação de qualidade oportunizada via redes sociais e atividades de trilha realizadas.

O esforço feito para sensibilizar jovens estudantes, comunidades escolares e locais mostra que há um grande desafio no processo de cooperação educacional entre estruturas formais e não formais de modo a criar uma comunidade de aprendizagem em um nível mais amplo e integrado. Sendo assim se faz importante valorizar o investimento inicial desse projeto para construir parcerias entre a sociedade civil, poder público e iniciativa privada na busca da contribuição com a valorização das pessoas, das estruturas e de seu patrimônio natural.

Nesse sentido, ampliando a proposta original do Parques em Conexão para os sete parques descritos neste documento, sugerimos que, **além das demandas já detalhadas no corpo de texto de cada parque**, o PMAMC inclua ainda as seguintes linhas de ação:

- Fortalecimento da comunicação e informação sobre as áreas verdes de Salvador e Região Metropolitana para a sociedade, de forma que se engaje e faça o uso adequado dessas áreas, diferenciando conceitos das diferentes tipologias de Unidades de Conservação: as de Proteção Integral, como os Parques, Reservas Ecológicas e Refúgio de Vida Silvestres - Revis, espaços estes mais restritivos no seu uso; e as de Uso Sustentável, como as Áreas de Proteção Ambiental - APAs, Reservas Extrativistas - Resex, onde podem ocorrer modificações, mas de acordo com seus planos de manejo. O PDDU ainda estabelece os Parques Urbanos que são espaços de lazer com áreas verdes, por exemplo
- Reconhecimento e preservação da cultura local do território de cada parque.
- Zoneamento e formalização de todos os parques da cidade de Salvador.
- Reconhecimento das ações de grupos, movimentos e coletivos que criam e coordenam atividades para o uso adequado e a preservação dos parques.

- Reconhecimento da fauna e da flora locais como necessários para a saúde pública da população da cidade, propondo campanhas constantes de comunicação sobre as formas adequadas de uso e ocupação dos parques.
- Inclusão dos parques de Salvador na agenda de lazer e fruição da população da cidade de Salvador, propondo sua visitação e criando conexão entre suas áreas para que as visitações se ampliem a todos os territórios.
- Com a dramática situação de fragmentação e redução de áreas verdes de Salvador, e a existência de “últimas áreas de florestas”, há necessidade de se propor estratégias de conexão física dessas áreas, a exemplo de corredores verdes. Há cidades no mundo avançando em direção ao conceito de Florestas Urbanas, a exemplo de San Jose, capital da Costa Rica.
- Identificação de áreas-chave para a criação de corredores ecológicos e macro corredores, que permitam a conexão física dos parques, - dentro de uma proposta de planejamento de paisagem, seja através de arborização urbana de vias, recuperação de parques, praças e jardins, incentivo à implantação de hortas ou até da criação de tetos e fachadas verdes em casas e edifícios -, tudo isso para melhorar a questão do microclima da cidade e potencializar todos os “serviços ecossistêmicos” que esse verde pode trazer para a cidade em termos de adaptação e mitigação da crise climática.
- É imprescindível a integração das ações municipais com as estaduais, e entre seus próprios órgãos e setores, para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas de Salvador.
- Revisão do PDDU e da LOUOS para que se integrem aos outros planos da cidade, na perspectiva de se alcançar melhor qualidade de vida no meio ambiente urbano, bem como a inserção no Código de Obras da captação de água de chuva pelas novas edificações, como uma forma de atuar contra a seca hídrica pelas mudanças climáticas.
- Conservação dos corredores verdes existentes na cidade, impedindo retiradas como as que têm sido feitas na atual e contestada obra do BRT, entre outros projetos urbanísticos nos quais se pensam em aberturas de avenidas dentro de parques.
- Desmatamento Zero.
- Autorizar apenas Interferências que visem ampliação da poligonal dos parques, APAs, UCs em geral, e nunca a diminuição.
- Recuperação de encostas e áreas de nascentes e fontes existentes degradadas.
- Criação de um grande corredor verde - Corredor de Todos os Santos -, que englobe todos os parques, e de mini corredores verdes para conectar parques que estejam

próximos um do outro, a exemplo de um mini corredor que pode conectar o Vale Encantado e remanescentes localizados no lado esquerdo da Avenida Paralela.

- Passagens aéreas e subterrâneas de fauna.
- Criar unidades de conservação nos espaços verdes da cidade e integrar a população a essas áreas de maneira informativa e equilibrada.
- Conectar escolas públicas aos parques e áreas verdes através de atividades de Educação Ambiental.
- Incentivo orientado à arborização cidadã dos parques, e de praças e calçadas públicas próximas aos parques como forma de ampliar a cobertura verde, criar refúgio para a fauna e contribuir para o equilíbrio do microclima dos bairros de Salvador.

Em termos gerais, além de garantir que os fragmentos de Mata Atlântica, o bioma original de nosso território, permaneçam e continuem proporcionando seus “serviços” ecossistêmicos à região, a conexão física, cultural e simbólica de todos os parques da cidade é um caminho possível e necessário para a mitigação da crise climática, e para o acesso e a interação de diferentes classes sociais a áreas verdes urbanas, garantindo de forma mais íntegra o direito à cidade.

REFERÊNCIAS RELACIONADAS:

ARAÚJO, Débora Marques. Proposta de Gestão Compartilhada para Implantação do Parque Theodoro Sampaio no “miolo” de Salvador, Bahia. Trabalho final do Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade. Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da Universidade Federal da Bahia - PPGAU. Salvador, 2016.

ARAÚJO D. M. S., GORDILHO-SOUZA A., CARVALHO M.L. Parque Theodoro Sampaio: Projeto Participativo Na Construção De Novas Centralidades Urbanas Em Bairros Periféricos De Salvador, Bahia. Urbicentros V. Salvador, 2016

COSTA, João Evangelista da. Caminhos e Trilhas Para Implantação do Parque Theodoro Sampaio: Transição viária urbana ao Parque e Entorno pela BR 324. Trabalho final do Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade. Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da Universidade Federal da Bahia - PPGAU. Salvador, 2018

DA ROCHA, Elisete Cristina Vidotti. Caracterização ambiental e análise das Unidades de Paisagem para a implantação do Parque Theodoro Sampaio. Trabalho final do Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade. Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da Universidade Federal da Bahia - PPGAU. Salvador, 2016

GÓES, Celivan Ramos. Estudo preliminar para subsídio do Plano de Manejo do Parque Theodoro Sampaio. Trabalho final do Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à

Cidade. Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da Universidade Federal da Bahia - PPGAU. Salvador, 2018

GORDILHO-SOUZA, Angela; SILVA, Adriana Caúla e; ROLIM, Pedro. Mata Escura - Plano de intervenção - Publicação Didática. 1. ed. Salvador: LabHabitat/FAUFBA, 2005.

GORDILHO-SOUZA, Angela; GOMES, Josélia Duarte (coords.) Ações Participativas para Implementação do Parque Theodoro Sampaio: Acessibilidades e Marcos Visuais. Chamada Pública Simplificada de Projetos. Ministério Público do Estado da Bahia, Promotoria de Justiça, Habitação e Urbanismo, ACOPAMEC/LabHabitat-FAUFBA. Relatório Final. Salvador, 2019.

GORDILHO-SOUZA, Angela; QUEIROZ, Carolina. Parques Urbanos Periféricos: Tensões entre apropriação e preservação. XII SIIU – Seminário Internacional de Investigação sobre Urbanismo, São Paulo – Lisboa, 2020 (no prelo)

LEITE, Gisele Paiva Leite. Marcos e Portais como instrumentos de preservação para implantação do Parque Theodoro Sampaio. Trabalho final do Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade. Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da Universidade Federal da Bahia - PPGAU. Salvador, 2016

NETO, José Meira e Silva. Microacessibilidade na integração aos caminhos do futuro Parque Theodoro Sampaio, Salvador-BA. Trabalho final do Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade. Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da Universidade Federal da Bahia - PPGAU. Salvador, 2018

RIBEIRO, Alice Alves. Sede Administrativa e Memorial Theodoro Sampaio - caminhos, trilhas e equipamento público como instrumento de implementação do Parque Urbano. Trabalho final do Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade. Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da Universidade Federal da Bahia - PPGAU. Salvador, 2016

SILVA, Patrícia Duarte. Nova Esperança: Proposta de Centro Integrado de Cultura e Lazer para a Implantação do Parque Theodoro Sampaio. Trabalho final do Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade. Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da Universidade Federal da Bahia - PPGAU. Salvador, 2016